

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL**

O **GRUPO PRERROGATIVAS**, representado pelos advogados **MARCO AURÉLIO DE CARVALHO**, advogado inscrito na OAB/SP sob o nº 197.538 e **FERNANDO HIDEO IOCHIDA LACERDA**, advogado inscrito na OAB/SP sob o nº 305.684, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, trazer ao conhecimento e requerer as providências cabíveis, perante esse Colendo Supremo Tribunal Federal, diante dos fatos gravíssimos divulgados na data de hoje pela Polícia Federal.

1. O **GRUPO PRERROGATIVAS** é um coletivo formado por juristas, professoras e professores de Direito, ativistas políticos e profissionais da área jurídica, reunindo representantes de todas as entidades profissionais mais importantes do Direito. Formações, experiências e pensamentos diferentes com um valor comum: a democracia com justiça social.

2. Criado no ano de 2014 como um grupo fechado no *WhatsApp*, inicialmente para defender as prerrogativas profissionais dos advogados, sistematicamente violadas no Brasil pela autodenominada operação lava jato, nasceu da indignação, alimentou-se com a troca de ideias e cresceu com o propósito de apresentar contrapontos e fortalecer a resistência democrática em face do autoritarismo no Brasil contemporâneo.

3. Muitos de seus integrantes são professores em instituições de ensino superior, que lecionam em mais de 60 instituições no Brasil e exterior. Além disso, os membros do GRUPO PRERROGATIVAS fazem parte de mais de 70 entidades de classe, associações, institutos e conselhos no Brasil e fora do país.

4. Nos últimos anos, não houve um desmando ou desatino oficial que tenha passado despercebido. No enfrentamento a toda forma de tirania, o GRUPO PRERROGATIVAS tem reagido de forma contundente a casos graves de violação de direitos, constringendo a prepotência autoritária, propiciando visibilidade a temas antidiscriminatórios e promovendo a luta pela construção de uma sociedade verdadeiramente livre, justa e solidária.

5. Na data de hoje, a Polícia Federal deflagrou a *Operação Vigilância Aproximada*, para investigar uma organização criminosa que se instalou na AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN) com o intuito de **monitorar ilegalmente autoridades públicas e cidadãos**, utilizando-se de ferramentas de geolocalização de dispositivos móveis sem a devida autorização judicial¹.

6. Segundo informações oficiais, as provas obtidas a partir das diligências executadas pela Polícia Federal indicam que **o grupo criminoso criou uma estrutura paralela na ABIN e utilizou ferramentas e**

¹ <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/pf-deflagra-operacao-vigilancia-aproximada-para-investigar-monitoramento-indevido-de-cidadaos>

serviços daquela agência de inteligência do Estado para ações ilícitas, produzindo informações para uso político e midiático, para a obtenção de proveitos pessoais e até mesmo para interferir em investigações da Polícia Federal.²

7. A Polícia Federal divulgou em seu site oficial que “os *investigados invadiam clandestinamente a rede de infraestrutura crítica de telefonia do país e usavam técnicas próprias de investigação policial sem autorização judicial*”:



The screenshot shows the official website of the Polícia Federal. At the top, there is a navigation bar with the 'gov.br' logo, the text 'Ministerio da Justiça e Segurança Pública', and links for 'Órgãos do Governo', 'Acesso à Informação', 'Legislação', and 'Acessibilidade'. A search bar is present with the text 'O que você procura?'. Below the navigation, the breadcrumb trail reads 'Assuntos > Notícias > PF deflagra Operação Vigilância Aproximada para investigar monitoramento indevido de cidadãos'. The main heading of the article is 'OPERAÇÃO PF PF deflagra Operação Vigilância Aproximada para investigar monitoramento indevido de cidadãos'. The sub-heading reads 'Os investigados invadiam clandestinamente a rede de infraestrutura crítica de telefonia do país e usavam técnicas próprias de investigação policial sem autorização judicial'. At the bottom of the article preview, it says 'Publicado em 25/01/2024 06h40' and 'Atualizado em 25/01/2024 06h52'. There are also social media sharing icons for Facebook, X, LinkedIn, and WhatsApp.



² <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/pf-deflagra-operacao-vigilancia-aproximada-para-investigar-monitoramento-indevido-de-cidadaos>

8. Segundo divulgado pela imprensa, a decisão que autorizou a deflagração da Operação Vigilância Aproximada da Polícia Federal partiu desse Colendo Supremo Tribunal Federal, definindo que a **“investigação apura a utilização do sistema de inteligência First Mile pela ABIN (Agência Brasileira de Inteligência) no monitoramento de dispositivos móveis, sem a necessidade de interferência e/ou ciência das operadoras de telefonia e sem a necessária autorização judicial”**.³

9. Ainda segundo a aludida decisão judicial noticiada pela imprensa, **“a Polícia Federal identificou a existência de uma organização criminosa, nos moldes do art. 20 da Lei no 12.850/2013, com intuito de monitorar ilegalmente pessoas e autoridades públicas, em violação ao art. 10 da Lei 9.296/96 (com redação dada pela Lei no 13.869/2019), invadindo aparelhos e computadores, além da infraestrutura de telefonia, incidindo no art. 154-A do Código Penal (com redação dada pela Lei 12.737/2012) e apontou a existência de diversos núcleos distintos dentro da organização criminosa, todos responsáveis pela execução das infrações penais”**.⁴

10. Nesse cenário, é estarrecedora a informação divulgada pelo diretor-geral da Polícia Federal, Dr. Andrei Passos, no sentido de que **a espionagem ilegal da ABIN atingiu cerca de 30 mil pessoas** e envolveu a obtenção dos dados pessoais por meio da invasão clandestina de aparelhos, sem ordem judicial, tendo os dados sido armazenados em Israel.⁵

³ <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/veja-a-integra-da-decisao-de-moraes-que-autorizou-operacao-contraramagem/>

⁴ <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/veja-a-integra-da-decisao-de-moraes-que-autorizou-operacao-contraramagem/>

⁵ <https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2024/01/25/espionagem-ilegal-da-abin-atingiu-30-mil-pessoas-e-dados-foram-guardados-dados-em-israel-diz-chefe-da-pf.ghtml>



Por Andréia Sadi

Apresentadora do Estúdio i, na GloboNews.

Espionagem ilegal da Abin atingiu 30 mil pessoas e dados foram guardados em Israel, diz chefe da PF

Corporação investiga monitoramento ilegal por parte da Agência Brasileira de Inteligência durante o governo Bolsonaro. Ex-comandante do órgão, deputado federal Alexandre Ramagem – próximo da família do ex-presidente – é alvo de buscas nesta quinta-feira (25).

São Paulo

25/01/2024 10h08 · Atualizado há 6 horas

11. É evidente que a intimidade, a vida privada e a proteção de dados são direitos fundamentais protegidos pela Constituição Federal, que em seu art. 5º, inciso X, estabelece que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

12. Portanto, a violação ao sigilo telefônico, telemático e de dados pessoais de uma pessoa deve ser excepcional, apenas para casos previsto em lei, com todos os requisitos legais demonstrados, e desde que haja indícios suficientes de atos ilícitos. Em regra, a violação do sigilo deve passar pelo controle de legalidade pelo Poder Judiciário, como consequência do sistema de pesos e contrapesos do Estado democrático de direito.

13. De um lado, a espionagem ilegal da ABIN implica a responsabilização criminal dos envolvidos na violação de sigilo fora das hipóteses legais, importando destacar a existência dos seguintes tipos penais:

Art. 10 da Lei complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

A quebra de sigilo, fora das hipóteses autorizadas nesta Lei Complementar, constitui crime e sujeita os responsáveis à pena de reclusão, de um a quatro anos, e multa, aplicando-se, no que couber, o Código Penal, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Art. 154-A do Código Penal

Invasão de dispositivo informática

Invadir dispositivo informático de uso alheio, conectado ou não à rede de computadores, com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do usuário do dispositivo ou de instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

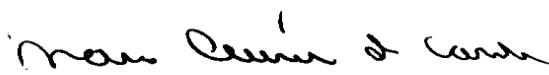
14. De outra parte, uma vez constatado oficialmente que a AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN) monitorou de forma ilegal 30 mil cidadãos em nosso país, acessando dados pessoais mediante violação de sigilo fora das hipóteses legais e sem conhecimento do Poder Judiciário, **é direito de todos saber se suas informações pessoais foram acessadas ilegalmente pelo Estado, em violação aos direitos fundamentais à intimidade, a vida privada e a proteção de dados**, uma vez que o art. 5º, inciso X, da Constituição Federal assegura a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, garantindo inclusive o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

15. Ante o exposto, considerando-se as informações oficiais divulgadas pela Polícia Federal na data de hoje, no sentido de que um grupo criminoso criou uma estrutura paralela na ABIN e utilizou ferramentas e serviços da agência para ações ilícitas, produzindo informações para uso político e midiático, para a obtenção de proveitos pessoais e até mesmo para interferir em investigações da Polícia Federal, **acessando clandestinamente dados sigilosos de 30 mil pessoas**, requer-se a esse Colendo Supremo Tribunal Federal que determine a publicidade da lista com o nome das pessoas monitoradas ilegalmente pela ABIN, viabilizando-se a reparação aos direitos fundamentais à intimidade, a vida privada e a proteção de dados, conforme assegurado pelo art. 5º, inciso X, da Constituição Federal⁶.

Nestes termos,
Pede deferimento.

São Paulo, 25 de janeiro de 2023.


FERNANDO HIDEO LACERDA
OAB/SP 305.684


MARCO AURÉLIO DE CARVALHO
OAB/SP 197.538

⁶ Art. 5º, inciso X, da CF- são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.